

ATA DA 005ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h55, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTASDO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se favorável à redução do número de SDRs e à greve do Magistério; registra o resultado da eleição para o DCE da UFSC.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Mostra preocupação com a aprovação do Projeto de Resolução n. 72 do Senado Federal; informa que se ausentará do país para visitar o Senado da Califórnia, nos Estados Unidos.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Tece comentários sobre o projeto aprovado que obriga as operadoras de telefonia móvel a colocarem nas unidades prisionais do estado bloqueadores; reporta-se à Festa dos Gideões Missionários da Última Hora, em Camboriú.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0021/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0081/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0496/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0571/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e da Rádio Alesc Digital, quero cumprimentar todos que estão acompanhando nesta sessão da manhã de quinta-feira a discussão sobre as secretarias do Desenvolvimento Regional.

Creio que todos ainda lembram o nosso posicionamento, inclusive, quando da apreciação da última reforma administrativa por esta Casa votei

contra, pois aumentava o número de SDRs, chegando a 36.

Posteriormente, desta tribuna, antes das últimas eleições, novamente me posicionei contra. Acho a política de descentralização, deputado Manoel Mota, correta, mas a quantidade de secretarias é exagerada. Inclusive, peguei o mapa de Santa Catarina e as SDRs existentes e cheguei à conclusão de que se extinguírmos 20, ninguém precisará andar mais de 100km para chegar a uma dessas estrutura administrativas. Se tirarmos 20 das 36 existentes, ficando 16, ainda sobra uma para São Lourenço do Oeste, que é a cidade que fica mais fora do eixo das grandes cidades do estado.

Quem vai a uma SDR não é a população em geral, são os líderes empresariais, são os líderes dos trabalhadores, são os vereadores, são os prefeitos e os secretários municipais. E com certeza essas pessoas têm condições de se deslocar 100km para participar de alguma reunião ou encaminhar alguma demanda junto ao governo do estado. Portanto essa permanece sendo a nossa posição.

Quero falar hoje, pois não tive a oportunidade de fazê-lo durante a semana, da greve do Magistério que foi deliberada pela categoria na semana passada, para dizer que a minha posição se mantém a mesma, ou seja, reconheço a justeza desse movimento paredista.

Os professores e professoras estão encharcados de razão quando decidem pela paralisação. A conjuntura pode ser adversa, mas a razão eles não perderam, porque se existe uma lei federal dizendo que deve haver um incremento salarial de 22% em 2012, isso deve ser cumprido e não somente discutido neste momento.

Sr. presidente, da mesma forma que a lei federal indica a necessidade de se preservar a estrutura de carreira, o piso é para quem ganha menos. Mas da forma como tem sido feito no estado de Santa Catarina e, acredito, na maioria dos municípios e nos demais estados da federação, lastimavelmente o piso está-se tornando o teto,

porque nessa lógica todos estarão ganhando o mesmo valor daqui a cinco anos.

Já no ano passado, quando da aprovação da lei referente ao Magistério nesta Casa, ela recebeu o nosso voto contrário porque causava um achatamento na carreira. Mas houve o compromisso de que governo e categoria discutiriam posteriormente, em algumas reuniões, o assunto. Neste ano, a proposta que o governo apresentou, não obstante todo o debate que houve, produz um achatamento maior do que o já existente.

Então, já há dois motivos para a deflagração da greve. O terceiro motivo refere-se à questão do 1/3 da hora/atividade que a lei federal propõe e acho justa e necessária para a qualidade da educação, para a racionalidade e humanização do trabalho do professor. Mas há controvérsias sobre o seu cumprimento aqui no estado.

Evidentemente é uma greve difícil e apresenta dois motivos para isso, em termos de adesão, de mobilização, de entusiasmo da categoria. Houve muitas punições com relação à greve do ano passado, não obstante os dias descontados terem sido devolvidos, todos os professores que participaram da greve, e até alguns talvez que nem tenham participado, mas em virtude dela foram, de certa forma, punidos. Tiveram que repor as aulas, de um calendário escolar que teve que ser concentrado para ser realizado até o final do mês de dezembro. Terminou o ano letivo, as notas foram entregues a todos os estudantes da rede estadual de ensino do estado de Santa Catarina.

No entanto, os professores tiveram que pagar horário no mês de janeiro. Portanto, perderam aquilo que chamavam de recesso, inclusive naquela semana, entre o Natal e o Ano-Novo, deputado Reno Caramori. Os professores que fizeram greve tiveram que ir para a escola, não para dar aula, não para repor conteúdo, mas para ficar sentados numa cadeirinha.

Então, não posso interpretar isso a não ser como uma forma de punição, parecida com aquela que há no quartel: foste condenado há tantos dias,

então vem para cá e fica ali no teu banquinho cumprindo tua punição.

Os professores dizem que se participarem de uma greve, correm o mesmo risco de, no próximo Natal e em janeiro do ano que vem, ficar sentados naquela cadeira de novo, cumprindo a penalidade por fazerem greve.

Outro elemento é a forma como a greve foi encerrada e todos nós sabemos que houve bastante controvérsia, divergência entre o que queria a base do Magistério e de setores da direção. Então, a categoria está angustiada, sabe que a proposta do governo é ruim, está descontente, mas também não quer passar mais um ano sendo penalizada por lutar por um direito que é elementar.

De minha parte, repito sem medo de ser redundante, a greve é carregada de justiça. Os professores estão encharcados de razão quando avaliam como ruim a proposta do governo. Mas o que vamos fazer?

Na verdade, deveriam ter aproveitado a oportunidade para, no ano passado, professores, diretores de escola, secretários estaduais, diretores municipais, todos, num grande movimento, ir a Brasília tentar uma solução e um consenso de como essa lei deve ser cumprida, porque senão vamos ficar com alguns dizendo que existe uma lei do piso nacional, que os professores agora são tratados com dignidade e a realidade é que vai-se voltar para a realidade anterior, desacreditar a lei nacional do piso e a defesa da educação e dos educadores vai continuar sendo apenas retórica de todos os partidos, de todos os políticos.

Nós não podemos correr esse risco. Por isso, que o nosso apoio é incondicional ao movimento e à greve do Magistério estadual!

Por fim, neste minuto que me resta quero registrar a realização, na terça-feira e na quarta-feira desta semana, da eleição para o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, cujo resultado foi o seguinte: a vitória coube à chapa Voz Ativa, que obteve 3.240 votos, contra 1.948 da chapa

Polifonia, portanto, uma diferença de quase 1.300 votos.

Parabenizo toda a militância estudantil e, inclusive, as duas chapas que participaram desse processo eleitoral, que é extremamente importante para que a juventude se envolva no debate sobre a qualidade da educação, sobre a participação em todos os processos de interesse social.

Eu tive a oportunidade magnífica de, na condição de estudante universitário, haver participado do movimento estudantil e, inclusive, da direção do DCE.

Parabenizo especialmente a chapa vencedora, na certeza de que sua gestão, que é de um ano, será profícua e debaterá a importância da universidade para a sociedade, principalmente a necessidade de a universidade se voltar mais para as necessidades e para os interesses da população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Inscrito para falar o deputado Gilmar Knaesel, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, deputado Reno Caramori, demais colegas deputados e todos que acompanham a nossa sessão.

Inicialmente, gostaria de dar conhecimento à Casa e a todos que estarei ausentado-me do país nos próximos dias para cumprir agenda no exterior em virtude de um convite do Senado da Califórnia, com vistas a conhecer a estrutura política e o funcionamento do Parlamento da Califórnia. Esse convite me foi dirigido há algum tempo e apenas agora pude aceitá-lo.

Quero também informar que grande parte dos custos da viagem será custeada pelo próprio Senado da Califórnia e outra parte pela Assembleia. As diárias, as passagens e outra parte do roteiro serão custeadas pelo Senado da Califórnia.

Quem me fez o convite foi um senador, através da comissão de Relacionamentos Internacionais e em função de contatos anteriormente feitos.

Na mesma viagem darei continuidade a uma visita a duas operadoras de turismo que têm feito um trabalho de parceria com o estado de Santa Catarina, a **Brendon Location e a Sideworld Tours**. São duas operadoras que trabalham especialmente com turismo da terceira idade e que através de um curso de MBA da Universidade da Califórnia focaram o estado de Santa Catarina como um estado propício para um intercâmbio turístico-cultural com pessoas dessa faixa etária.

Esse trabalho tem sido intensificado pela Santur e na época em que fomos secretário de estado realizamos o convênio, as parcerias. Essa visita também é uma forma de continuar o relacionamento e, acima de tudo, agradecer essa parceria porque inúmeros turistas já estiveram em nosso estado em função desse trabalho realizado com essas duas operadoras, com a Universidade da Califórnia e agora, estreitando o relacionamento, com o Senado daquele estado.

Esta semana foi aprovada no Senado Federal a resolução que unifica o ICMS das importações nos portos brasileiros. Santa Catarina, Goiás e Espírito Santo, que tinham uma política de incentivo à importação de produtos estrangeiros, com essa unificação acabaram sentindo uma grande insegurança, em função do baque, da redução da arrecadação.

Volto a dizer que nosso estado, com uma política idealizada na época do governador Luiz Henrique da Silveira, juntamente com a secretaria da Fazenda, estruturou essa política e os portos catarinenses tiveram um desenvolvimento acima da média nacional, tanto em capacidade de importação quanto de exportação. E não podemos apenas olhar pelo lado da arrecadação de ICMS, porque também há a grande quantidade de serviços complementares oferecidos, numa estrutura que engloba transporte, frete, restaurantes, hotéis, enfim, muitos serviços complementares.

O mais grave é o pacto federativo. Nós perdemos a nossa última autonomia, que é legislar sobre o nosso imposto, o imposto estadual, que é o ICMS. Com a unificação das alíquotas, mais uma vez

se aplica a ditadura financeira e tributária neste país, pela qual o governo federal se utiliza de um mecanismo da força em função de sua maioria esmagadora no Senado e na Câmara Federal, para impor a sua vontade e com isso dar um tratamento prejudicial especialmente aos estados de Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás, que têm uma representação pequena no Congresso Nacional, se comparada à de outros estados, especialmente São Paulo. Com isso temos a nossa política de desenvolvimento, mais uma vez, sendo modificada por desejo do governo federal.

Deputado Reno Caramori, v.exa. que está há tantos anos na Casa já participou de muitos movimentos em defesa do ICMS, que representa 80% da arrecadação do estado e hoje sofre, mais uma vez, a influência do governo federal. Quem serão os grandes beneficiados? Os mais fortes! O estado de São Paulo! E atrás disso há, sim, pressão de investidores internacionais ou até nacionais, que estão investindo no porto de Santos e querem que as empresas voltem a operar por aquele porto, que, como todos sabem, sempre teve uma burocracia muito grande que dificultava as coisas, muito diferente dos portos catarinenses, onde tudo é facilitado.

Essa preocupação tem que ficar registrada e, como fazendário, como tributarista, mas especialmente como deputado, ao longo da minha vida pública tenho defendido a questão da autonomia dos estados.

Se olharmos para os Estados Unidos - e terei oportunidade de ver isso novamente de perto -, se olharmos para a Alemanha, para a França, para a Inglaterra, enfim, para qualquer país desenvolvido, o que existe lá de diferente do que existe no Brasil? É que lá os estados e as regiões têm autonomia para disciplinar sua política de desenvolvimento, sua política tributária. O governo federal não intervém na política regional, somente na política nacional. Mas aqui é o contrário, ou seja, o governo federal exerce o seu poder ditatorial de cima para baixo.

Os números nós já conhecemos: 64% do que é arrecadado em impostos no Brasil ficam com a

união, apenas 22% com os estados e 13% ou 14% com os municípios. Mas onde vivem as pessoas, os cidadãos? Nos municípios! Não dá mais para continuar assim! Temos que mudar essa visão de que se pode resolver as coisas de cima para baixo, temos que inverter essa pirâmide. E o Parlamento é, quem sabe, o único caminho que há para nos fortalecer e mudar a ordem vigente.

Quero, entretanto, fazer justiça aos nossos deputados federais e senadores, nossos representantes em Brasília, mas como temos 16 deputados federais e três senadores, num universo de 513 deputados federais e mais de 70 senadores, somos apenas um pequeno grupo que não tem força diante da opressão exercida pelos demais estados.

Sr. presidente e srs. deputados, tenho certeza de que esse é o pensamento de muitos deputados neste momento crítico que estamos vivendo em nível nacional em função do nosso pacto federativo, até porque estamos deixando de ser uma federação de estados, para nos tornarmos um estado unitário no que diz respeito à legislação tributária. E isso temos que mudar urgentemente, senão os municípios e estados cada vez mais serão simples pedintes junto ao governo federal, que detém a maior parte dos recursos.

Estamos vivendo várias crises como a da área da Saúde, da Segurança Pública, da Educação, e o governo federal manda pagar um piso mínimo nacional para o Magistério que a grande maioria dos estados não tem como cumprir. Santa Catarina está cumprindo, mas mesmo assim os professores estão em greve. Mas se tivéssemos uma mudança na carga tributária, na distribuição da receita de impostos, com certeza Santa Catarina estaria investindo muito mais em educação, em segurança e em saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, cumprimentando os deputados presentes, os catarinenses que nos acompanham pela TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital, faço uso da tribuna na manhã de hoje para fazer dois registros.

O primeiro se refere a um projeto de lei que acabamos de aprovar em sede de redação final, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que cria no estado a obrigatoriedade de as operadoras de telefonia móvel, em 180 dias, colocarem nas unidades prisionais do estado bloqueadores para tentar minimizar o problema do uso de celulares nos presídios, problema esse denunciado há poucos dias pelo jornal *ANotícia*. O projeto prevê, inclusive, multa no valor de R\$ 1 milhão por unidade para a operadora que não cumprir a determinação legal.

Tenho certeza de que o governador Raimundo Colombo sancionará esse projeto de lei o mais rápido possível, até porque fizemos um esforço concentrado para conseguir aprová-lo nas comissões: passou rapidamente pela comissão de Constituição e Justiça e ontem mesmo conseguimos aprová-lo na comissão de Segurança Pública; a comissão de Finanças e Tributação também fez a sua parte, hoje já aprovamos em plenário e vai agora para sanção do governador, deputado Dieter Janssen.

Sempre digo que o Parlamento tem que ter sensibilidade para tentar acompanhar a evolução da sociedade e neste acompanhamento adequar a legislação às novas tecnologias e aos novos costumes sociais.

Temos que avançar para nos adequar ao mundo digital e aos crimes que dele ocorrem. O Código de Defesa do Consumidor, por exemplo, já se atualizou em relação a esse *incomers* que chamam de negócio do comércio digital.

Mas nós aqui estamos fazendo essa lei. E essa lei surge da necessidade da adequação legislativa para uma realidade que estamos vivendo por conta dos aparelhos de telefone celular que estão sendo usados nos presídios.

Uma coisa que me chamou a atenção ontem, na comissão de Segurança Pública, quando estávamos ouvindo o deputado Sargento Amauri Soares e o deputado Maurício Eskudlark, que têm experiência nessa área, foram os relatos sobre mães que cometem absurdos para atender ao pedido de um filho preso.

Coloquei até no Facebook perguntando para as pessoas até onde o amor de mãe é incondicional? Será que essa incondicionalidade permite que uma mãe leve para o filho, deputado Dieter Janssen, na cadeia droga e telefone celular? É impressionante a forma como elas fazem isso. As mães conseguem levar para os filhos droga e telefone celular, muitas vezes escondidos nas partes íntimas. Fico pensando seriamente se isso é mesmo amor. Será que isso é amor? Será que isso é demonstrar amor pelo filho?

Deputado Sargento Amauri Soares, é complicada essa análise. V.Exa. ainda me disse na reunião da comissão de Segurança que muitas vezes as mães fazem isso porque são ameaçadas por pessoas de dentro da cadeia que descobrem o seu telefone e dizem: "Se você não trouxer o que estou mandando seu filho vai morrer aqui dentro!" Aí a mãe, para salvar a vida do filho, faz o que lhe mandam. Não estou falando de mães que devem para a Justiça, de mães que tem uma vida torta. Não! Estou falando de gente séria, gente de idade, que muitas vezes reclama na hora da vistoria para entrar no presídio; reclama das medidas que são tomadas para verificar se estão levando alguma coisa proibida. É muito complicado.

Eu gostaria de deixar aqui para reflexão dos catarinenses esta pergunta: até que ponto é incondicional o amor de uma mãe? Você faria isso? Você, mãe que está assistindo-nos, faria isso pelo seu filho?

Uma mãe que faz isso - não sob ameaça, porque quando a pessoa está sob ameaça é outra condição - para tentar agradar ou tentar dar ao filho aquilo que ele pede, será que não é uma justificativa, uma penalidade para ela mesma porque deixou alguma coisa para trás, deixou de cuidar do filho, de dar

atenção, de dar educação, e agora se acha meio que culpada pelo filho estar preso?

Deixo aqui essa questão para pensarmos neste final de semana a respeito, principalmente porque estamos entrando no mês de maio, que é o mês das mães: no segundo domingo de maio comemoraremos o Dia das Mães.

Mas mudando de assunto, quero parabenizar esta Casa que foi ágil no sentido de termos rapidamente aprovado esse projeto de lei, para que Santa Catarina tenha uma legislação que obrigue as empresas de telefonia móvel a instalar bloqueadores de celular nos presídios, nas penitenciárias, porque essas empresas estão ganhando muito dinheiro grana e atendendo muito mal os seus clientes. Ontem, inclusive, inúmeras pessoas de várias operadoras ficaram sem sinal de telefonia móvel.

Sr. presidente, o segundo registro que faço diz respeito a uma festa que começou no sábado, que é a Festa dos Gideões Missionários da Última Hora, na cidade de Camboriú. É a maior festa do turismo religioso realizada em Santa Catarina, que leva para aquele município mais de 100 mil visitantes. Hoje, portanto, às 19h, será a abertura oficial daquela festa, no ginásio Irineu Bornhausen, que contará com a presença do governador do estado e que se estenderá até a próxima terça-feira, dia 1º de maio.

Estarão presentes naquela festa pessoas de todo o Brasil e até de outros países para, durante esses dias em que estiverem congregadas, discutir missões, como a de falar de Deus aos povos.

Assim sendo, quero deixar aqui as minhas congratulações ao pastor Cesino Bernardino, que é fundador dos Gideões Missionários, ao seu filho, que é pastor também, a toda a diretoria e também à prefeita Luzia, de Camboriú, que é parceira dessa festa e que tem feito de tudo, juntamente com o governo do estado, para que ela seja uma bênção para o nosso estado.

Enfim, que todas as pessoas que estão em Santa Catarina para acompanhar essa festa sejam bem-

vindas ao nosso estado. Sempre é bom falar de Missões na capital catarinense...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Esta Presidência gostaria de anunciar a presença, neste plenário, do caçadoreense Alcir Bazzanella, que é apresentador de televisão e tem um programa cuja audiência é muito boa.

Sinta-se à vontade nesta Casa.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para o dia 3 de maio, às 19h, em homenagem ao Centro de Tradições Gaúchas - Os Praianos, na passagem dos seus 40 anos.

Está encerrada a sessão.